

# **Crítica à *nova matriz econômica* face à teoria original do desenvolvimento: uma compreensão teórica sobre o desastre anunciado**

*Carlos Antonio Gomes*<sup>1</sup>

## **Resumo**

Este artigo analisa a atual crise brasileira à luz da nova geopolítica global e das teorias do desenvolvimento, apontando para os erros cometidos pelos governos do período entre 2003 a 2016. A análise foca o que é definidor para o entendimento da crise, ou seja, a ignorância sobre as questões do desenvolvimento ante a nova geopolítica mundial e o descaminho teórico pelo qual os formuladores da *nova matriz econômica* se enveredaram. Argumenta que, apesar de consagrado, o profícuo debate inaugurado pela CEPAL foi ignorado por completo, com a finalidade de se dar vazão a uma política econômica impulsionada para a consolidação de um projeto hegemônico de poder. Conclui que, a despeito de a teoria da CEPAL ser originalmente latino-americana, os governos latino-americanos e os seus ideólogos a ignoraram.

**Palavras-chave:** geopolítica; crise brasileira; desenvolvimento econômico; teoria do desenvolvimento; CEPAL.

## **Criticism of the new economic matrix in the face of the original theory of development: a theoretical understanding of the announced disaster**

## **Abstract**

This article analyzes the current Brazilian crisis in the light of the new global geopolitics and development theories, pointing to the mistakes made by governments from 2003 to 2016. The analysis focuses on what is defining for understanding the crisis, namely, the ignorance of the questions of development in the face of the new world geopolitics and the theoretical misalignment by which the formulators of the new economic matrix have embarked upon themselves. It argues that, although well-established, the fruitful debate inaugurated by ECLAC was completely ignored in order to give way to an economic policy driven to the consolidation of a hegemonic project of power. It concludes that, although ECLAC theory was originally Latin American, Latin American governments and their ideologues ignored it.

**Keywords:** geopolitics; Brazilian crisis; economic development; development theory; ECLAC.

## **Crítica de la nueva matriz económica frente a la teoría original del desarrollo: una comprensión teórica del desastre anunciado**

## **Resumen**

Este artículo analiza la actual crisis brasileña a la luz de las nuevas teorías mundiales de geopolítica y desarrollo, y señala los errores cometidos por los gobiernos de 2003 a 2016. El análisis se centra en lo que define la comprensión de la crisis, a saber, el ignorancia de las cuestiones del desarrollo frente a la nueva geopolítica mundial y la desalineación teórica por la cual los formuladores de la nueva matriz económica se han embarcado. Sostiene que, aunque bien establecido, el fructífero debate inaugurado por la CEPAL fue completamente ignorado para dar paso a una política económica impulsada a la consolidación de un proyecto de poder hegemónico. Concluye que, aunque la teoría de la CEPAL era originalmente latinoamericana, los gobiernos latinoamericanos y sus ideólogos la ignoraron.

**Palabras clave:** geopolítica; crisis brasileña; desarrollo económico; teoría del desarrollo; CEPAL.

---

<sup>1</sup> Sociólogo; Mestre e Doutor em Educação pela Unicamp. Contato: prof.carlosgomes@gmail.com

## Introdução

Antes mesmo da eclosão da atual crise, a falibilidade da *nova matriz econômica*<sup>2</sup> brasileira já havia sido por mim apontada no trabalho publicado em 2011 (GOMES, 2011), sendo que os principais elementos de inconsistência, lá identificados, são reapresentados ao longo deste texto. Não trato aqui, portanto, de estabelecer uma crítica fácil depois de revelado o desastre, mas sim, de repetir a crítica e o apelo feitos antes da sua ocorrência, realçar que as evidências do desastre eram nítidas e, sobretudo, de reapresentar as linhas gerais da legítima teoria do desenvolvimento, que pode ser a pedra angular para que o Brasil alavanque um novo ciclo endógeno de crescimento virtuoso.

No que diz respeito à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado no período aqui analisado, este trabalho se utiliza de uma condensação da referida publicação (GOMES, 2011). As principais diretrizes de desenvolvimento econômico e de política econômica, tomadas nesse período, são comparadas às recomendações feitas pelos formuladores originais da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL), concluindo pela sua inaplicabilidade<sup>3</sup>.

No auge do *boom* econômico, quando o problema de escassez de mão de obra qualificada se abateu sobre o sistema produtivo, ameaçando a continuidade da fase de crescimento, a referida publicação deitou por terra os argumentos do Ministério da Educação - que o Brasil estava promovendo avanços expressivos na área educacional - e, ao mesmo tempo, rebateu as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que apontavam para uma pretensa qualidade satisfatória da capacidade operativa da força de trabalho<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Uma síntese sobre o que é a *nova matriz econômica* pode ser vista no trabalho de Vinicius Gorczeski (2015). Sinteticamente, é um termo pomposo empregado pelos governos analisados, a fim de impulsionarem ideologicamente o seu projeto de poder. Todavia, para o entendimento do leitor, entenda-se o termo *nova matriz econômica* como a política econômica bolivariana, cujos fundamentos são analisados ao longo do presente artigo.

<sup>3</sup> A Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) é um órgão das Nações Unidas, fundado nos anos 1950 pelo economista argentino Raul Prebisch, com o propósito de estudar e de propor alternativas ao desenvolvimento latino-americano. A CEPAL produziu uma teoria própria e genuína para a explicação do subdesenvolvimento. Refiro-me à profícua produção intelectual de Celso Furtado, nos anos entre 1960 e 1980. De qualquer forma, para os interessados, o seu penúltimo livro encerra uma belíssima análise sobre os dilemas e os desafios brasileiros em tempos de globalização: FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<sup>4</sup> Uma síntese desse debate contendo as estatísticas governamentais e aquelas por mim apuradas pode ser encontrada no meu trabalho de 2013. Toda a transgressão metodológica feita pelo MEC e

A crise de mão de obra qualificada foi um dos graves obstáculos à continuidade daquela fase de prosperidade. No momento de crescimento impulsionado pela exportação de *commodities*, a economia brasileira poderia ter enriquecido as suas pautas de produção e de exportação, caso a oferta de mão de obra qualificada fosse suficientemente dilatada para atrair os investimentos de setores e de subsetores processadores de transformação mais complexa.

Em síntese, os principais erros cometidos pelos tomadores de decisão sob o manto da *nova matriz econômica* brasileira são: (i) ter dado vazão à deslavada corrupção, alimentando a crença na impunidade em decorrência da fragilidade das instituições; (ii) ignorar por completo a urgência da elaboração de um plano nacional de desenvolvimento; (iii) não ter promovido uma profunda reformulação da educação, inclusive, com a ampliação substantiva das suas bases de financiamento; (iv) não ter elaborado uma política industrial consistente; (v) a opção feita pela produção e a exportação de bens de baixo valor agregado; (vi) não ter encaminhado as demais reformas estruturais demandadas pelo sistema produtivo, entre elas as reformas previdenciária, fiscal e tributária e; (vii) ter promovido o consumo desvairado, sem a devida contrapartida da reestruturação da base produtiva.

Em 2014, revelada a falência da política econômica e detectada a brutal crise moral das instituições, alguns segmentos esclarecidos da sociedade tinham a impressão que o Brasil caminhava perigosamente para um abismo civilizacional. Uma questão intrigante, todavia, permanece pendente: como foi possível ao governo e aos seus teóricos se locupletarem neste nível e conduzirem uma parte expressiva da população à crença alimentada pela sua vã utopia? Obviamente que a fragilidade das instituições brasileiras explica uma parte desse fenômeno. Todavia, insisto, outras variáveis devem ser esclarecidas.

### **Revisitando a teoria original do desenvolvimento comparativamente às ações tomadas sob a égide da *nova matriz econômica***

Após mais de uma década de gerenciamento do Estado sob a inspiração das políticas econômicas restritivas, em 2007, o Brasil passou a se imaginar vivendo um ciclo virtuoso que, segundo o discurso oficial, o conduziria ao mundo desenvolvido. Além do crescimento econômico verificado após 2007 e das tentativas de se fazer

---

pelo Ipea são por mim desmontadas, por meio de pesquisas próprias e por outras pesquisas realizadas por instituições ilibadas. Ver GOMES, 2013.

representar junto às instituições multilaterais como o Grupo dos 20 Países Mais Industrializados (G20) e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a expectativa brasileira também foi alimentada pelos efeitos das políticas assistenciais, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a passagem do país à condição de credor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a descoberta de jazidas de óleo cru na costa Sudeste. Todavia, os problemas estruturais da economia brasileira permaneceram intocáveis.

Dentre os principais problemas crônicos do Brasil, encontram-se: (i) a estrutura distributiva, na qual a renda proveniente do trabalho é insuficiente para promover uma mobilidade social; (ii) a baixa participação internacional no que diz respeito ao comércio de bens e serviços de alto valor adicionado e; (iii) a limitação das políticas sociais de cunho universal, o que faz com que a sociedade se ressinta da ausência de instrumentos de homogeneização, característicos de um Estado do Bem-Estar Social.

Estes problemas estruturais – típicos dos sistemas econômicos signatários dos modelos de desenvolvimento assentados na substituição de importações – deveriam ter sido atacados pela raiz, por meio da elaboração de um plano nacional de desenvolvimento que evitasse os erros dos planos anteriores e que se desviasse da *armadilha histórica do desenvolvimento*<sup>5</sup>, na qual a América Latina se encontra cativa.

Além de denunciar a constante deterioração dos termos de troca, ainda nos anos 1950, Raúl Prebisch chamava a atenção da América Latina para a necessidade de os seus governos desviarem da *armadilha histórica do desenvolvimento* e adotarem ações afirmativas em prol do desenvolvimento concreto (PREBISCH, 1970).

A razão do subdesenvolvimento é a existência de uma *fratura estrutural* entre o Centro e a Periferia do capitalismo internacional. O progresso capitalista se dissemina desigualmente pelo mundo, produzindo as regiões avançadas e as atrasadas, sendo que os países centrais estabelecem barreiras ao desenvolvimento

---

<sup>5</sup> Segundo a definição de Celso Furtado, a *armadilha histórica do desenvolvimento* ocorre quando os governos se preocupam em demasia com a elevação dos padrões de consumo da população, sem a devida contrapartida da revolução do sistema produtivo. Mormente, isto ocorre nos modelos de desenvolvimento estruturados na simples substituição de importações. Um plano de desenvolvimento consequente, dentre outras preocupações, tem que considerar a montagem dos três departamentos industriais, de modo a autonomizar a reprodução do capital. Ver Furtado (1992).

dos periféricos. Aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que almejam a escapar desta condição, cabem entender esta *fratura* e tomar medidas proativas, entre elas, a internalização do capital e o enriquecimento das suas pautas de produção e de exportação (FURTADO, 1992; FURTADO, 1995; PREBISCH, 1970).

Durante a Guerra Fria se consolidou uma forma peculiar de classificação dos sistemas econômicos na ordem mundial: a expressão *Primeiro Mundo* foi alcunhada para categorizar as economias do capitalismo central; *Segundo Mundo* designava as economias de dirigismo estatal do bloco socialista; enquanto que *Terceiro Mundo* se referia aos sistemas econômicos tradicionalmente periféricos. Se possuía algum significado, essa classificação deixou de tê-lo por completo, em 1989, com o desmoronamento das moribundas economias do Leste Europeu.

É sabido que a globalização da economia abre algumas oportunidades para que as economias periféricas rompam com o subdesenvolvimento, desde que cumpram os pré-requisitos que lhes possibilitem escapar à subordinação imposta pela divisão internacional do trabalho, fenômeno este que tem ocorrido com a República da Coreia, China, Taiwan, Cingapura e outros países. No Brasil, a análise mais completa sobre a relação entre globalização e desenvolvimento foi empreendida por Celso Furtado, na qual o autor também alerta para o fato de o país continuar a cometer os erros do passado, perseguindo a *modernização* em vez do desenvolvimento econômico e social (FURTADO, 1992).

Amparado pela teoria original da CEPAL, Furtado afirma que *modernização* é um conceito que designa o nível incompleto de industrialização de algumas economias como a argentina, brasileira e mexicana, que dominaram algumas técnicas industriais capazes de somente elevar o estilo de consumo, contudo, sem internalizar a reprodução do capital, muito menos desconcentrar a renda ao ponto de possibilitar a conformação de uma sociedade de consumo de massas. Segundo Furtado: "(...)chamamos de *Modernização* a essa forma de *assimilação do progresso técnico* quase que *exclusivamente no plano do estilo de vida, com fraca contrapartida no que respeita à transformação do sistema de produção (...)*" (FURTADO, 1992, p.41).

Desde 2007, a política econômica implantada sob os fundamentos da *nova matriz econômica* apresentava sinais que não avançaria para além da *modernização* à qual Furtado e Prebisch se insurgiram. A opção preferencial pela produção e a exportação de *commodities* sinalizava que até mesmo a industrialização incompleta

- às duras penas edificada sob os governos Vargas, Kubitschek e Geisel - seria sacrificada, acarretando numa regressão sem precedentes do sistema produtivo. Iniciada pelo governo de Fernando Collor, a desindustrialização brasileira foi acelerada substancialmente pelos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. E o que é pior, diferentemente dos países centrais, a desindustrialização brasileira se iniciou com um nível muito baixo da renda *per capita* e sem ter o lastro de um setor terciário suficientemente dinâmico para sustentar as taxas de crescimento do PIB.

Além do debate inaugurado pela CEPAL, os formuladores da *nova matriz econômica* também se esqueceram de olhar para a nova geopolítica do capitalismo do século XXI. A consagração de uma economia baseada no conhecimento abre uma janela de oportunidades aos sistemas econômicos em desenvolvimento e estremece com a antiga divisão internacional do trabalho (CASTELLS, 1999; KHANNA, 2008). Em síntese, há uma profusão de elementos complexificadores da relação Centro-Periferia, sendo que estas novas questões deveriam ter sido observadas com acuidade, sendo que, nos próximos parágrafos, apresento uma explanação deveras sintética deste debate.

O crescimento acelerado de alguns países exógenos ao núcleo do capitalismo impõe um nível de complexidade à divisão internacional do trabalho, resultando numa dificuldade para se classificar alguns sistemas econômicos que possuem estruturas distributivas heterogêneas, porém, despontam no cenário global, quando analisados pela elevação do PIB; no extremo superior desta categoria estão África do Sul, Brasil e Índia.

Com a instauração da nova fase do capitalismo mundial - ou de um novo estágio da acumulação - e a abertura de perspectivas para alguns países periféricos, se fazia necessária uma categorização complementar à da CEPAL que, além de considerar a polaridade apontada por Prebisch (1970), também identificasse com mais precisão os sistemas econômicos que possuem chances reais para alcançarem o desenvolvimento.

Após a virada do século, o economista Jim O'Neill alcunhou a sigla *BRIC* para identificar o grupo dos quatro grandes países que, ao seu modo de ver, tinham chances de ascender ao mundo desenvolvido; são eles: Brasil, Rússia, Índia e China.<sup>6</sup> Todavia, este esquema não contemplava as economias asiáticas dinâmicas,

---

<sup>6</sup> Posteriormente, o *BRIC* foi redenominado como *BRICS*, com a incorporação da África do Sul.

portanto, se revelando insuficiente para dar conta da complexidade que acomete a nova divisão internacional do trabalho.

Parag Khanna propôs a seguinte classificação: o *Primeiro Mundo* é composto pelos sistemas econômicos conhecidos como capitalismo central - a América do Norte, Europa Ocidental e o Japão - porém, também incorporando a Austrália, Nova Zelândia e os Tigres Asiáticos. O *Segundo Mundo* abrange as economias que manifestam sinais de que têm condições para ascender ao capitalismo avançado, tais como: crescimento acelerado do PIB *per capita*, expansão do sistema educacional, participação mais soberana nas relações de troca e promoção de ações afirmativas em prol da desconcentração da renda. Nesta categoria estão os países que já não se encaixam na Periferia clássica, porém, ainda não podem ser categorizados como desenvolvidos e nem têm a certeza de que ascenderão ao capitalismo central. As economias do *Segundo Mundo* reúnem, ao mesmo tempo, elementos do *Primeiro* e do *Terceiro Mundos*. Finalmente, o *Terceiro Mundo* é formado pelos países tradicionalmente periféricos (KHANNA, 2008).

Creio que esta classificação não apenas reconheça a atualidade da *fratura estrutural* do capitalismo, como também inova o debate sobre a divisão internacional do trabalho, ao propor uma categoria capaz de identificar as economias realmente emergentes. O fato inusitado é a situação da China que, apesar de ainda não poder ser classificada como pertencente ao *Primeiro Mundo*, compõe - ao lado da América do Norte e da Europa Ocidental - os três grandes impérios que ditam as regras da economia mundial.

Para o autor, na América Latina, é Brasil e Chile quem possuem as melhores chances de ascensão ao *Primeiro Mundo*; no que se refere ao BRICS, Khanna acredita que somente Brasil e China manifestam condições para escapar do *Segundo Mundo*; todavia, ressalta, diferentemente da China, o Brasil ainda tem que resolver inúmeros problemas de natureza econômica e social, entre eles, a fossilização da sua estrutura de classes, na qual a mobilidade social não se faz sentir (KHANNA, 2008). Por outras palavras, Khanna admite que, embora o Brasil componha o *Segundo Mundo* e encerre inúmeras possibilidades positivas, o aspecto *modernizado* da sua economia faz com que parem dúvidas sobre o seu futuro.

Perceba-se que isto foi publicado em 2008, em meio ao aumento das despesas públicas brasileiras com os programas focalizados de transferência de renda. Mesmo assim, Khanna chamava a atenção do governo brasileiro para a

necessidade da desconcentração da renda. Obviamente que o instrumento redistributivo focalizado no segmento miserável da população não possui potencial para formar um efeito multiplicador e engendrar um longo ciclo virtuoso endógeno, podendo, na melhor das hipóteses, alavancar um curto período de *stop and go*, como, de fato, ocorreu.

Enfim, estas novas questões - macroeconômicas e geopolíticas - do capitalismo do século XXI passaram despercebidas dos governos e de seus conselheiros, sendo que essa inobservância explica boa parte do desastre explicitado em 2014.

Também em 2008, se utilizando de uma investigação junto às séries históricas da PNAD, Waldir Quadros constatou que o crescimento moderado do PIB não vinha promovendo uma expansão substantiva da massa salarial, de modo a permitir que a mobilidade fosse alavancada pelos rendimentos do trabalho. O crescimento moderado do PIB vinha ocorrendo nos subsetores marginais ao eixo dinâmico da acumulação, incorporando apenas os estratos da base da pirâmide ocupacional (QUADROS, 2008). Objetivamente falando, Quadros alertou que a estratégia de provocar um *boom* econômico por meio das políticas sociais de transferência de renda possuía severas limitações e que essa tentativa já apresentava sinais de esgotamento.

Em 2009, a revista britânica *The Economist* empreendeu uma extensa investigação com vistas a medir a capacidade dos países no que tange à sua potencialidade de inovação. O relatório, publicado em 2009 sob o título *Ranking of the World's Most Innovative Countries* (THE ECONOMIST, 2009), despejava um balde de água fria no argumento do MEC de que a pesquisa científica brasileira estaria passando por uma revolução. A investigação revelou que, apesar de o Brasil ocupar a 13ª posição no *ranking* das publicações científicas, ele se posicionava na 49ª colocação na escala da inovação científica. Dentre os 50 países do topo do *ranking*, o Brasil só estava à frente da Venezuela (THE ECONOMIST, 2009).

Em 2011, lançando mão de uma profusão de dados da PNAD 2007 sobre a educação profissional (IBGE, 2009), comparados aos dados e ao arranjo de política educacional da União Europeia, demonstrei que a crise de mão de obra qualificada era uma realidade que afetava sobremaneira o enriquecimento das pautas de produção e de exportação. Conclui que a força de trabalho brasileira não reunia as

qualidades para operacionalizar um sistema produtivo complexo, moderno e sofisticado, semelhante aos sistemas das economias avançadas (GOMES, 2011).

Em 2016, o IPEA publicou o *Radar IDH*, relatório brasileiro componente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que acompanha e mede a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil (IPEA, 2016). A lenta evolução do IDHM, entre 2000 e 2010, confirma o estudo de Waldir Quadros, ao demonstrar que as políticas de transferência de renda focalizadas no estrato miserável da população não produziram efeito positivo na qualidade de vida. Todavia, mesmo este crescimento lento apresentou uma substantiva queda, a partir de 2011, com o início do governo de Rousseff: de 2011 a 2014, a taxa média de crescimento do IDHM foi 1% inferior à taxa do período entre 2000 e 2010 (IPEA, 2016, p.2).

No último trimestre antes da cassação de Rousseff, a Pesquisa Mensal de Emprego (PMN), elaborada pelo IBGE, contabilizou uma taxa de desocupação de 11,8% da PEA, o que correspondia a aproximadamente 12 milhões de trabalhadores desocupados (IBGE, 2016, p.4). Todavia, considerando as transgressões metodológicas feitas pelo IBGE, a real taxa devia estar em cerca de 20% da PEA, o que corresponderia a aproximadamente 21 milhões de desocupados.<sup>7</sup>

Em síntese, pior que perseguir um modelo de desenvolvimento assentado na substituição de importações e na esqualida transformação do sistema produtivo, a aplicação das diretrizes da chamada *nova matriz econômica* fez a economia e a sociedade brasileiras regredirem para aquém daquilo que os formuladores cepalinos originais designam como *armadilha histórica do desenvolvimento*. Sob esse viés, a economia deu um gigantesco passo para trás, enquanto a sociedade se polarizou em duas frentes antagônicas, dispostas a um confronto fratricida.

---

<sup>7</sup> Historicamente, sempre houve grandes divergências entre as taxas de desemprego apuradas pelo IBGE e as apuradas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE). As taxas apresentadas pelo primeiro e os sindicatos sempre lançaram mão dos estudos feitos pelo DIEESE para questionarem os governos. Todavia, quando o desemprego se instalou fortemente no governo de Dilma Rousseff, inexplicavelmente, o instituto cessou a publicação de pesquisas de emprego e desemprego, deixando prevalecerem tão somente as pesquisas realizadas pelo IBGE, que apresentavam taxas menores de desocupação da PEA.

## O segundo tropeço da *Escola de Campinas*: a renúncia aos seus próprios fundamentos teóricos

É sabido que Luiz Gonzaga Belluzo, João Manuel Cardoso de Mello e Luciano Coutinho tentaram construir uma teoria do desenvolvimento alternativa que apontasse para um terceiro caminho, confrontante à visão original da CEPAL e divergente da teoria do *desenvolvimento associado* formulada por Fernando Henrique Cardoso e por Enzo Faletto<sup>8</sup>. Contudo, o único ponto nitidamente distinguível no seu emaranhado teórico é a tese de Cardoso de Mello, que sustenta que Centro e Periferia são elementos de uma mesma engrenagem do capitalismo internacional, não havendo, portanto, a *fratura estrutural* apontada pelos cepalinos originais (CARDOSO DE MELLO, 1982).

A *Escola de Campinas* já testara a falibilidade dos seus fundamentos, quando, em 1986, propôs que o Governo Sarney adotasse o congelamento de preços, resultando no conhecido desastre. Uma segunda tentativa de aplicação dos seus fundamentos - apesar de não recomendável - deveria ser precedida da devida cautela e de uma consulta mais demorada à visão universalmente consagrada, ou seja, a teoria da CEPAL<sup>9</sup>. O pior cenário se revelou, quando os princípios da *Escola de Campinas* foram aplicados mesclados às idolatrias dos ideólogos do sindicalismo *chapa branca*, como Marcio Pochmann, dentre outros.

---

<sup>8</sup> A teoria do *desenvolvimento associado* já existia enquanto uma teoria europeia para a explicação do fenômeno do subdesenvolvimento, mas ela foi reformulada por Fernando Henrique Cardoso e pelo sociólogo chileno Enzo Faletto. A teoria do *desenvolvimento associado* confronta a teoria original da CEPAL, ao negar a existência da *fratura estrutural do capitalismo* e ao argumentar que a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos pode ser benéfica aos segundos. Isso está claro nas palavras de Cardoso e Faletto, ao dizerem que: *Ademais, uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam, ao mesmo tempo, de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos de condicionamento* (CARDOSO e FALETTO, 1970, p.27). Ver CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

<sup>9</sup> A *Escola de Campinas* surgiu no Instituto de Economia da Unicamp, em 1975 e os seus teóricos acreditam que a teoria cepalina e a teoria do *desenvolvimento associado* são formas de exógenas de pensamento econômico, que não compreendem a realidade brasileira e, portanto, fazem proposituras descabidas para a superação do subdesenvolvimento. Propuseram a internalização do pensamento econômico, ou seja, que a compreensão sobre os problemas do Brasil deveria ter um nível de isenção em relação às influências externas. O resultado desse isolamento pode ser conferido nas duas situações nas quais os teóricos da *Escola de Campinas* fizeram proposições: o Plano Cruzado (1986) e a política econômica bolivariana (de 2003 a 2016). Àqueles que tiverem algum disponível a fim de, a título de curiosidade antropológica, conhecer a gênese *teórica* dessa bizarrice, Ver: CARDOSO de MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

O marco da delimitação do início da política econômica regressiva é a demissão de Carlos Lessa da presidência do BNDES, ocorrida ainda no primeiro governo de Lula da Silva. O BNDES possui larga capacidade em destravar os gargalos da economia, fazendo deslanchar os setores e os subsetores estratégicos, como infraestrutura de transportes e logística, por exemplo, além de financiar os eixos de uma política industrial. Certamente que, com a visão de Lessa, os aportes teriam sido mais bem alocados e, desde que associados à uma política mais eficiente de elevação da renda por meio dos rendimentos do trabalho, eles teriam produzido um efeito multiplicador mais consistente. Um ciclo virtuoso endógeno poderia ter sido alavancado, nesse período, sendo que as mudanças efetuadas na direção do Banco constituem uma nítida opção governamental por uma política econômica regressiva.

A longa gestão fraudulenta de Luciano Coutinho - ideólogo da *Escola de Campinas* - junto ao BNDES ignorou estes princípios e estabeleceu uma política de crédito vinculada ao mais arcaico compadrio. Com efeito, um dos mais eficazes instrumentos de política econômica teve o seu potencial neutralizado, passando a funcionar enquanto um meio plutocrático para a concentração de renda. Por outro lado, ao priorizar os empreendimentos no exterior, o BNDES exportou o investimento, o emprego e o efeito multiplicador gerado pelos aportes expatriados.

Outro resultado desastroso da aliança entre os teóricos da *Escola de Campinas* e os ideólogos do sindicalismo *chapa branca* é a política de elevação do salário mínimo. Cláudio Salvadori Dedecca acreditava que uma sistemática elevação do salário mínimo provocaria uma elevação geral dos salários praticados pelo mercado (DEDECCA et al, 2006). O que ocorreu foi exatamente o contrário: num dado momento, o salário mínimo robustecido artificialmente passou pressionar as contas das empresas, da Previdência e de muitos municípios de pequeno e médio portes.

Desde a sua formulação, a política de crescimento do salário mínimo vinha sofrendo severas críticas, principalmente do meio empresarial. Os seus críticos - dentre eles a própria FIESP - diziam que tal iniciativa deveria ter sido formulada juntamente à uma política de melhoria substancial da produtividade brasileira, de modo que os custos adicionais do fator trabalho pudessem ser absorvidos pelas empresas, por meio de taxas de retorno mais robustas.

Obviamente que num sistema econômico preocupado com o crescimento e com a distribuição da renda os salários devem crescer continuamente. Todavia, isto deve ser feito racionalmente, sem se comprometer a taxa de investimento na economia. Neste sentido, em lugar do Programa Bolsa Família e da política de valorização do salário mínimo, seria muito mais produtivo se adotar o sistema de salário mínimo flutuante mesclado à política de Imposto de Renda Negativo, propostos por Stigler à Escola Austríaca (STIGLER, 1946). É consenso dentre os formuladores da Escola Austríaca que o pior salário do mundo é aquele cujo valor é zero e que, para o indivíduo desempregado, qualquer salário é melhor que o salário zero.

Por outro lado, há uma profusão de estudos que demonstra que, no Brasil, mais de 80% do emprego é gerado pelas pequenas e médias empresas, que encontram dificuldades brutais para honrar a folha e salários e os seus encargos que, em média, chegam a 102% sobre a massa salarial efetivamente desembolsada aos trabalhadores. Obviamente que, com este quadro, a política de elevação artificial do salário mínimo bateria no teto muito rapidamente, como assim o ocorreu.

O governo deveria ter construído um diálogo entre a política salarial e a de proteção social, estruturado nos seguintes eixos: (i) o salário mínimo deveria crescer de acordo com a possibilidade apurada no mercado; (ii) o governo deveria estabelecer o Salário Socialmente Necessário, sempre maior que o salário mínimo; (iii) o governo também deveria criar o Imposto de Renda Negativo; (iv) mensalmente, a Receita Federal faria transferências de renda aos trabalhadores que, mesmo empregados, a sua renda não atingisse o valor estipulado pelo Salário Socialmente Necessário. Obviamente que, com uma política macroeconômica voltada para o efetivo fomento ao crescimento, num dado momento, haveria um crescimento geral dos salários e, conseqüentemente, declinariam as transferências feitas pelo Imposto de Renda Negativo. Também não se pode ignorar a incapacidade dos teóricos governistas em formular uma política industrial consistente, atendendo às demandas e às reivindicações empresariais (CNI, 1999).

Caso os formuladores da *Escola de Campinas* tivessem feito uma análise rigorosa da economia brasileira a fim de sustentar as suas proposições, eles deveriam ter chegado às seguintes constatações: (i) o volume de investimento não encontrava ressonância, quando comparado à escala dos países asiáticos em acelerado processo de desenvolvimento; (ii) o crescimento moderado do PIB não

vinha promovendo uma ampla expansão da massa salarial, de modo a permitir que a mobilidade fosse alavancada pelos rendimentos do trabalho; (iii) a participação brasileira no comércio internacional, apesar de crescente, ocorria ancorada na exportação de bens de baixo valor adicionado e; (iv) os aspectos plutocráticos da política macroeconômica ainda prevaleciam, tendo em vista que as taxas de juros e de câmbio ainda puniam a produção, consumo e as exportações.

Em síntese, o segundo tropeço da aplicação dos fundamentos da chamada *Escola de Campinas* produziu uma das maiores crises econômicas, cabendo à história determinar o lugar a ser destinado aos seus mentores. Ao que parece, aqueles teóricos se preocuparam muito mais em se consagrar enquanto formuladores para o desenvolvimento brasileiro, que em testar a razoabilidade das suas teorias. E o que é pior: eles não se recusaram em renunciar às suas duvidosas interpretações sobre a realidade brasileira quando, já à beira do totalitarismo, os governantes do período se locupletaram completamente, se desviando da legalidade constitucional.

## **Conclusão**

A chamada onda *neodesenvolvimentista* que se abateu sobre a América Latina - no período, aqui analisado - no plano macroeconômico, pode ter praticado tudo, menos perseguido os pressupostos objetivos que conduzem ao desenvolvimento econômico e social. No geral, os governos *neodesenvolvimentistas* provocaram um profundo retrocesso econômico, político e social na Argentina, Brasil, Bolívia e na Venezuela. Além do empobrecimento das suas pautas de produção e de exportação, em quase todos estes países, houve uma retração do emprego e da renda *per capita* e um recuo considerável das liberdades e das garantias individuais.

Hoje, parece claro que a proposta de se fundar um Banco de Desenvolvimento do BRICS e uma moeda alternativa visando a substituição do dólar norte-americano era tão somente um blefe geopolítico de hábeis jogadores do xadrez internacional. Ao que as evidências indicam, tais expedientes não passariam de uma moeda de troca russa para que os Estados Unidos desistissem de manter a OTAN robustecida na Europa. Presumivelmente, no porvir, se espera que os planos russos para a América Latina sejam postos na mesa em troca do arrefecimento da presença militar dos Estados Unidos na Europa. Na mesma senda, a recente guerra

comercial iniciada por Donald Trump contra a China comprova que o Brasil é apenas um peão neste tabuleiro geopolítico complexo.

A frágil aliança do Brasil com o *BRICS* só foi alavancada, de fato, quando os tomadores de decisão do governo Dilma Rousseff perceberam que a estratégia de crescimento baseada nas transferências de renda do Estado focalizando o segmento miserável da população havia se esgotado, sem produzir um efeito positivo duradouro. No fundo, a aproximação brasileira com o *BRICS* foi uma tentativa desajustada e tardia de promover um tipo de *desenvolvimento associado*, ou uma pálida cópia daquilo que havia sido preconizado por Fernando Henrique Cardoso e por Enzo Faletto. Ao perceberem a falência do modelo de transferência de renda focalizada nos pobres, os formuladores da *Escola de Campinas* precisavam salvar o que restou da sua teoria e este lhes pareceu o expediente mais plausível.

Outra descoberta tardia foi que nenhuma economia com aspirações de se destacar nas relações internacionais de troca pode se especializar nas suas vantagens comparativas ou eleger as *commodities* enquanto o carro-chefe das suas pautas de produção e de exportação. Somados ao brutal descontrole das contas públicas, estes erros grosseiros só foram percebidos quando a economia brasileira já tateava cegamente à beira do precipício.

Obviamente que, em última instância, a política econômica adotada sempre foi uma responsabilidade dos governantes de cada período e isto, por diversas vezes, foi dito e assumido, tanto por Lula da Silva, quanto por Rousseff. Todavia, não se deve eximir os seus formuladores de grande parte da responsabilidade pelo desastre, porque, sem formulação supostamente teórica, a política econômica regressiva não conseguiria ser impulsionada ideologicamente pelos meios de comunicação e, conseqüentemente, teria perdurado, no limite, apenas alguns verões.

Além do mais, boa parte desses formuladores ocuparam cargos estratégicos nos governos do período analisado, também sendo operacionalizadores práticos da política econômica. Durante os três governos analisados, Luiz Gonzaga Beluzzo foi o conselheiro presidencial para os assuntos macroeconômicos. De 2007 a 2009, Marcio Pochmann ocupou a presidência do IPEA, se responsabilizando moral, política e juridicamente por toda a sorte de transgressões metodológicas praticadas por aquele instituto com a finalidade de insuflar ideologicamente um clima de *Brasil*

*Potência*. De maio de 2007 a maio de 2016, Luciano Coutinho ocupou a presidência do BNDES, se responsabilizando por toda a sorte de transgressões lá ocorridas e que, agora, estão sob o crivo da Operação *Lava Jato*. E, Jorge Eduardo Levy Mattoso fez uma longa gestão fraudulenta na Caixa Econômica Federal, tendo ele sido condenado pelo STF, no caso que ficou conhecido como o *escândalo do Palocci*.

Revisitando a teoria original da CEPAL e analisando os países emergentes que ostentam as melhores probabilidades de adentrarem para o capitalismo central, fico com a impressão que, a despeito de os pressupostos cepalinos serem originalmente latino-americanos, os tomadores de decisão asiáticos os compreenderam muito mais que os seus pares da América Latina.

## Referências

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CARDOSO de MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CNI. Confederação Nacional da Indústria. *O futuro da indústria no Brasil e no Mundo. Desafios do Século XXI*. Brasília: CNI, 1999.

DEDECÇA, C. S. et all. *Salário mínimo, benefício previdenciário e as famílias de baixa renda*. In Revista Brasileira de Estudos da População. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 317-329, jul./dez. 2006.

FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1995.

GOMES, Carlos Antonio. *A qualificação resignada. A má formação da força de trabalho como um problema estrutural do desenvolvimento brasileiro*. (Tese de doutorado). Campinas: Unicamp - FE, 2011.

\_\_\_\_\_. *Uma crise do capital humano na economia brasileira*. In Revista Perspectiva em Gestão & Conhecimento, Vol. 3, Nº 1. João Pessoa: UFP, 2013.

GORCZESCI, V. *Até os desenvolvimentistas rejeitam a 'nova matriz econômica'*. In Revista Época, 22/12/15, <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/12/ate-os-desenvolvimentistas-rejeitam-nova-matriz-economica.html>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional – 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – agosto de 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IPEA. Instituto de pesquisa Econômica Aplicada. *Radar IDHM*. Brasília: IPEA, 2016.

KHANNA, P. *O segundo mundo. Impérios e influência na nova ordem global*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

LESSA, C. *Visão crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento*. In Revista Tibiriçá, ano II, nº6. Rio de Janeiro: Tibiriçá, Janeiro/Março, 1977.

PREBISCH, R. *Transformación e desarrollo: la gran tarea de la América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1970.

QUADROS, W. *A evolução recente da estrutura social brasileira*. Campinas: Unicamp – IE, 2008, (mimeo).

STIGLER, G. *The economics of minimum wage legislation* In, American Economic Review, n. 36, jun. 1946.

THE ECONOMIST, Revista. *Ranking of the World's Most Innovative Countries*. Londres: The Economist, Abril de 2009.

**Data de submissão: 2019-12-19.**

**Data de publicação: 2020-08-30.**